

Giffoni requisita à Polícia Militar dados referentes à compra de seis milhões de cartuchos .40. Segundo o comandante-geral da corporação, houve um “procedimento considerado fora da rotina”

Corregedor investiga PM

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O corregedor-geral do Distrito Federal, Roberto Giffoni, requisitou ao comando da Polícia Militar todos os dados referentes à compra de seis milhões de cartuchos calibre .40 para uso da corporação, pelo valor de R\$ 10 milhões. Essa é uma das primeiras medidas adotadas na auditoria instaurada ontem, a pedido do governador José Roberto Arruda, para apurar se houve irregularidades na aquisição da munição, no final do ano passado. Na próxima semana, Giffoni vai se reunir também com o promotor Nísio Tostes, do Ministério Público do Distrito Federal, responsável pelo pedido de abertura de Inquérito Policial Militar (IPM).

Giffoni vai tratar da parte administrativa, uma vez que eventuais crimes já são objeto do IPM. O corregedor quer saber se houve planejamento e cronograma para utilização de quantidade tão grande de balas em treinamentos da PM. A intenção é analisar as condutas no processo de aquisição, como se deu o recebimento da munição e como ocorreu a liquidação da despesa. O Ministério Público suspeita de que houve compra excessiva de cartuchos.

“

HOUVE UMA COMPRA MAIOR PORQUE PRETENDEMOS INVESTIR NO TREINAMENTO

”

coronel Antônio Cerqueira, comandante-geral da PMDF

No dia 23 de dezembro do ano passado, houve uma sobra de caixa e a corporação fez o negócio com a empresa Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), que tem reserva de mercado para esse tipo de munição. A PM adquiriu seis vezes mais balas do que o necessário para um ano de consumo em treinamento, cursos e no combate à criminalidade.

Um dos fatos que despertou a atenção do promotor Nísio Tostes foi o pagamento antecipado à empresa. A entrega da munição só ocorreu em fevereiro, dois meses depois do repasse do dinheiro. O comandante-geral da PM, coronel Antonio Cerqueira, confirmou ontem ao *Correio* que houve

um “procedimento considerado fora da rotina” da corporação. O problema da compra em quantidade tão grande é que parte das balas pode ser prejudicada ou danificada pelo vencimento do prazo de validade. A fornecedora defende a utilização em até seis meses depois da saída da mercadoria da loja. Cerqueira, no entanto, garantiu que não haverá desperdícios. “Toda a munição será usada em cursos. Houve uma compra maior porque pretendemos investir no treinamento”, explicou. O negócio não foi realizado na gestão de Cerqueira. Ocorreu na administração anterior, do coronel Antônio Serra. Mas este também não assinou a autorização porque estava de licença médica.

O IPM apura se a ordem partiu do então comandante substituto, o coronel Gilberto Carvalho, que exercia a função de chefe do Estado Maior. Hoje na função de Diretor da Divisão de Inativos e Pensionistas, Carvalho já prestou depoimento e defendeu a legalidade da aquisição da munição. Iniciado há um mês, o inquérito deverá ser concluído em 30 dias. O corregedor Roberto Giffoni disse ontem que, se houver necessidade, parte da munição comprada pela PM poderá ser transferida para a Polícia Civil do Distrito Federal.

Paulo de Araujo/CB/D.A Press - 17/3/08



DE ACORDO COM O CORONEL ANTONIO CERQUEIRA, NÃO HAVERÁ DESPERDÍCIO. TODA A MUNIÇÃO SERÁ USADA EM CURSOS

Para Tostes, validade pode expirar

O promotor Nísio Tostes, da 1ª Promotoria de Justiça Militar, acompanha a investigação sobre a suspeita de compra excessiva de munição calibre .40. Responsável pelo pedido de abertura do Inquérito Policial Militar (IPM), ele disse ontem que a corporação não tem condições de utilizar todos os seis milhões de cartuchos comprados antes de expirar o prazo de validade. “O prazo ideal para uso é de seis a 18 meses. Depois disso, eu não confiaria para colocar uma arma com uma munição como essa

na minha mão”, sustenta. Ele afirma que os projéteis podem, inclusive, criar risco de morte aos policiais militares, caso sejam consumidos num período posterior ao recomendado.

Tostes aguarda o resultado do IPM para tomar providências judiciais contra os responsáveis pela compra que considera irregular. A Polícia Civil do DF, por exemplo, também compra da empresa Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) munição do mesmo calibre. Mas, segundo o diretor da Polí-

cia Civil, Cleber Monteiro, não há estoque. “Compramos à medida que precisamos e só pagamos depois de receber a mercadoria”, explicou ao *Correio*.

Desde fevereiro, quando a PM recebeu os projéteis, não houve treinamento nem distribuição do material para os quartéis da corporação. O arsenal está guardado num dos quartéis da Polícia Militar. O comandante da PM, Coronel Antonio Cerqueira, afirma que já estão programados dois cursos para este ano. (AMC)